



# **Regulação do Trabalho e das Profissões em Saúde**

**Projeto de pesquisa**

**Coordenação Geral:  
Celia Regina Pierantoni**

**Novembro 2014**

**Equipe da Pesquisa**

**Coordenação Geral**

**Celia Regina Pierantoni**

**Equipe Técnica**

**- Estação de Trabalho ObservaRH-IMS/UERJ**

**- Estação de Pesquisa e Sinais de Mercado NESCON/UFMG**

## Apresentação

---

A regulação do trabalho e das profissões em saúde se colocam hoje no centro da agenda de Recursos Humanos no país. O grande desafio é o da criação de dispositivos que permitam articular trabalho e formação de modo a traduzir as demandas atuais em um sistema de regulação mais flexível que permita combinar adequadamente as habilidades e competências multiprofissionais adequadas às necessidades do Sistema Único de Saúde.

Ao longo dos últimos anos o Ministério da Saúde levou a cabo um amplo processo de discussão sobre o tema, envolvendo diversas oficinas e seminários, processo que culminou no Seminário Internacional sobre Regulação do Trabalho e das Profissões em Saúde. Durante esse longo processo, além de um diagnóstico dos mais diversos aspectos do nosso modelo de regulação profissional foram apresentadas e debatidas experiências de reformas internacionais de incontestável relevância, a exemplo das reformas dos sistemas de regulação profissional em diversas províncias do Canadá. Nesse país, ao longo dos últimos 30 anos, vem se assistindo a uma mudança no paradigma da regulação profissional. Do antigo modelo de regulação profissional baseado na atribuição de direitos exclusivos de prática (atos privativos) a grupos profissionais vem se transitando em direção a um modelo baseado em atos compartilhados sob uma legislação “guarda-chuva” que envolve o conjunto das profissões a atividades de saúde. Da mesma forma, foram discutidas diversas experiências em torno da revisão e expansão de escopos de prática clínicos de profissões não médicas em vários países, especialmente nos Estados Unidos, e seu impacto

na melhoria do acesso com qualidade e segurança aos serviços de saúde e no alívio de situações de escassez/carência de serviços médicos<sup>1</sup>.

Constatou-se a necessidade de promovermos mudanças em peças fundamentais no atual sistema de regulação das profissões de saúde no Brasil. Em especial, ficou evidente a necessidade de uma presença mais efetiva do Estado na coordenação das políticas para as profissões. Da mesma forma, constatada a plethora e diversidade das demandas de regulação profissional tramitando no governo e a necessidade de um tratamento mais adequado, do ponto de vista técnico e político, a estas demandas evidenciou-se urgente a necessidade da iniciativa de uma abrangente revisão do escopo de práticas das ocupações e profissões de saúde.

O presente projeto apoia-se nas reflexões realizadas nesse processo, bem como em experiências nacionais e internacionais.<sup>2</sup> Seu foco situa-se em torno à questão dos “escopos” ou campos de prática pertinentes ao cuidado, ao trabalho e aos serviços de saúde. Em torno à questão dos escopos de prática – dos legalmente autorizados aos informalmente praticados -, em torno desse eixo, é que se buscará articular os processos formativos de núcleos de competências à operatividade das práticas e da organização efetiva dos serviços.

Enfatizam-se os determinantes das novas demandas como: avanços tecnológicos e informacionais que demandam trabalho inter e multidisciplinar, e transparência profissional, o desenvolvimento de novas formas de prestação de cuidados de saúde, como a Estratégia de Saúde da Família, que integram equipes multiprofissionais na

---

<sup>1</sup>*Seminário Internacional sobre Regulação do Trabalho e das Profissões em Saúde*, realizado em Brasília/DF, no período de 13 a 15 de agosto de 2013, promovido pelo Departamento de Gestão e da Regulação do Trabalho em Saúde (DEGERTS/SGTES/MS), com o apoio da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas).

<sup>2</sup>Com desatque para as experiências seminais de reforma canadenses e seus processos de contínuos de aperfeiçoamento; os trabalhos da Pew Health Professions Commission ainda nos 90 nos EUA, e as experiências mais recentes dos Estados Unidos e Austrália em torno à revisão e expansão de escopos de prática, entre outras (ver referências bibliográficas).

comunidade e cuja configuração exige a partilha de escopos de prática e em especial os contextos de escassez de profissionais de saúde que podem ser aliviados por meio desses processos.

As demandas atuais e futuras de grupos profissionais para regulamentar as suas atividades devem ser consideradas à luz de alguns princípios como a eficiência, a equidade, a viabilidade e a responsabilidade, em nome do interesse público. Impõe-se, portanto, a necessidade de aperfeiçoar o sistema que assegura direitos exclusivos a uma prática e considerar a possibilidade de combinar a auto-regulamentação das profissões e com o compartilhar direitos à prática. Ressalta-se que alguns países deram passos importantes, que poderiam ser pensados para a situação brasileira como: revisão da estrutura legal de regulamentação profissional; revisão das formas institucionais e das estruturas de regulamentação profissional; revisão dos escopos de prática das profissões regulamentadas e das novas que agora lutam por reconhecimento.

Nesse contexto, analisar os aspectos regulatórios tanto em função das atribuições, competências e os escopos de práticas das profissões de saúde como da formação e qualificação dos trabalhadores de saúde torna-se estratégico e apropriado para o fortalecimento do modelo de atenção do Sistema Único de Saúde, pois articula gestão, regulação, trabalho e formação para o enfrentamento dos problemas de atuação dos trabalhadores de saúde, além de mobilizar ações intersetoriais e interinstitucionais. Os conteúdos da educação profissional em saúde e o processo de formação de competências devem ser fortemente conectados ao planejamento da força de trabalho e a revisão dos escopos de prática das profissões e a formação das respectivas competências são necessárias para garantir o compromisso com a alta qualidade e resultados seguros dos serviços ofertados à população.

Nesse sentido o objetivo geral desse projeto é propiciar subsídios para o fortalecimento do papel da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde na coordenação das políticas de regulação e provimento de profissionais de saúde, por meio de estudos que têm como foco a revisão dos escopos de prática em áreas estratégicas.

Trata-se de um projeto colaborativo que será coordenado pela Estação de Trabalho ObservaRH-IMS/UERJ realizado em parceria com a Estação de Pesquisa de Sinais de Mercado/NESCON/UFMG.

## Justificativa

---

*"É preciso formar profissionais nos seus locais de origem, para, assim, promover a qualificação da atenção, bem como é necessário criar um sistema de regulação que tenha condições de melhorar a qualidade da saúde da população". (Pierantoni, 2013)*

*"...é importante ressaltar que o processo de regulamentação profissional da saúde deve ser entendido como uma política pública, uma parte essencial das políticas de saúde. Com isso, as demandas atuais e futuras de grupos profissionais para regulamentar as suas atividades devem ser consideradas à luz de alguns princípios como a eficiência, a equidade, a viabilidade e a responsabilidade, em nome do interesse público".(Girardi, 2013)*

O processo de institucionalização do Sistema Único de Saúde (SUS) já dura mais de vinte anos e uma das medidas de organização e implementação é o fortalecimento da Atenção Básica, via Estratégia de Saúde da Família, procurando atender à população de acordo com as realidades locais. O SUS provocou importantes modificações para a assistência em saúde, para os profissionais que atuam nesse sistema, além de um crescimento do mercado de trabalho em saúde.

A regulação e qualificação de recursos humanos (RH) ao lado de reformas nos modelos de prestação de serviços em saúde com ênfase na atenção básica têm sido apontadas como necessárias para proporcionar equidade e qualidade ao sistema de saúde.

No Brasil existem 21 (vinte e uma) profissões e ocupações de saúde regulamentadas, sendo 14 (quatorze) delas de nível superior e 7 (sete) de nível técnico, estas supervisionadas por profissões de nível superior. Além dessas, existem dezenas de ocupações que apenas são reconhecidas como tal nas classificações ocupacionais e outras ainda que demandem regulamentação e reconhecimento. Entre as profissões regulamentadas em nível nacional, 14 detêm auto-regulação por intermédio de seus Conselhos de Fiscalização do

Exercício Profissional (13 deles correspondentes a profissionais de nível superior, e apenas um deles, o Conselho Federal de Técnicos em Radiologia correspondente a profissão de nível técnico). Os conselhos profissionais de enfermagem, odontologia, farmácia e nutrição, de acordo com a área de formação, supervisionam ocupações de nível médio: técnico em enfermagem, auxiliar de enfermagem, técnico em análises clínicas, técnico em prótese dentária, técnico em saúde bucal, e auxiliar de saúde bucal.

As experiências trazidas por alguns países em relação à regulação da formação e do exercício profissional em saúde apontam para a necessidade de revisão das formas institucionais, da estrutura legal de regulamentação profissional assim como de revisão dos escopos de prática das profissões regulamentadas e das novas que lutam por reconhecimento.

Com relação aos escopos de prática, a maneira em que são estabelecidos e legalmente definidos - se como campos de atividades exclusivos a profissões específicas e de forma pouco flexível ou ao invés, se com maior flexibilidade, menor exclusividade e maior compartilhamento, e sobreposição de atividades entre os profissionais- pode limitar ou, ao contrário, promover maior acessibilidade com menores custos dos serviços. Dito de outra forma, a regulação dos escopos de prática impacta diretamente na composição e produtividade da força de trabalho em saúde e portanto, na qualidade e no custo dos serviços. Países como Estados Unidos, Canadá e Austrália - para citar alguns - vêm utilizando forma intensa e crescente profissionais como os Physician Assistants (PAs) e as enfermeiras com formação avançada - as assim chamadas Nurse Practitioners, com escopos de atividade expandidos nas áreas de anestesia, atenção ao parto, cardiologia etc., bem como profissionais técnicos e auxiliares com função expandida nas áreas de saúde bucal e outras áreas da atenção primária, o mesmo ocorrendo com relação



a farmacêuticos, fisioterapeutas e profissionais da área de saúde mental, assumindo funções de prescrição terapêutica e diagnóstico determinados antes exclusivos dos médicos.

No caso brasileiro, um dos aspectos a ser considerado refere-se à adequação dos parâmetros de regulação adotados no país ao sistema único de saúde. Necessário também refletir sobre os atores envolvidos no processo de regulação, considerando a existência de um processo em que comporta a participação do Ministério do Trabalho, da Saúde, da Educação e da sociedade.

É impossível ter um sistema de saúde universal, capaz de comportar todas as diferenças como as contempladas pelo SUS, se os campos de práticas são revisados exclusivamente pelos próprios profissionais de cada categoria, uma prática que engessa a capacidade de diálogo entre as profissões e fortalece a perspectiva corporativa presente no sistema de auto-regulação.

Fundamental também, refletir sobre a questão das novas ocupações, sobre a mudança dos campos de prática das profissões existentes, considerando o fato de ser impossível mudar, incorporar novas atividades, pensando, exclusivamente, em si mesmo, ou legislando em função do outro, afirmando que uma categoria pode fazer determinada atribuição e outra não pode.

Outro aspecto relevante refere-se a trabalhar sob a ótica não de sistemas de mando, mas sim de delegação e de supervisão, mesmo que a distância. Concepções, defendidas por algumas corporações, contrárias à supervisão à distância ou à realizada por outra categoria profissional, que não a do profissional supervisionado, precisam ser substituídas pelo conceito de universalidade, que compreende não a homogeneidade, mas sim a diversidade delimitada por região, de acordo com as características locais da população assistida. É preciso formar profissionais nos seus locais de origem, para, assim, promover

a qualificação da atenção, bem como é necessário criar um sistema de regulação que tenha condições de melhorar a qualidade da saúde da população.

O momento impõe a construção de propostas que permitam a estruturação de um sistema regulatório flexível, capaz de garantir a integração dos profissionais de saúde e a qualificação daqueles que exercem a prática nos diferentes pontos do país, assim como capaz de promover o aprimoramento contínuo dos serviços de saúde.

## **Objetivos**

---

### **Objetivo geral**

Analisar os processos de regulação da formação e do exercício de diferentes profissões da saúde tendo como eixo a questão da expansão dos escopos de prática e reforçar as capacidades de avaliação e de monitoramento das políticas de formação de pessoal e o processo de revisão e expansão de escopos de prática das profissões de saúde no Brasil.

### **Objetivos específicos**

- Identificar as atribuições, competências e o escopo de práticas das diferentes profissões e ocupações de saúde no âmbito dos serviços que compõem as redes de atenção primária à saúde, e as interfaces entre as diferentes profissões e ocupações de saúde;
- Analisar a formação e qualificação dos profissionais de saúde de nível superior e médio para identificar as adequações às necessidades do SUS.

## Metas e atividades

---

**Meta I** - Identificar as atribuições, competências e o escopo de práticas das diferentes profissões de saúde no âmbito dos serviços que compõem as redes de atenção primária à saúde, e as interfaces entre as diferentes profissões de saúde.

### Atividades

- Revisar as principais metodologias para revisão de escopos de prática de profissões de saúde utilizadas em experiências internacionais selecionadas.
- Realizar revisão das iniciativas de incorporação de novas profissões e ou profissões já existentes, com escopos de prática expandido, estratégicas para a atenção básica em saúde e que contribuam para o alívio de situações de escassez e para o enfrentamento de necessidades de saúde e atenção emergentes (e.g. Physician Assistant, Dental Therapists, Nurse Practitioners, entre outras profissões).
- Elaborar um quadro comparativo de escopos de prática e currículos das ocupações e profissões de saúde regulamentadas no Brasil (de nível superior, técnico e auxiliar), constantes da Classificação Brasileira de Ocupações – CBO, dos sistemas de classificação do MEC e das Leis de Exercício das Profissões, bem como dos grupos ocupacionais não-regulamentados que demandam reconhecimento (a partir dos Projetos de Lei apresentados ao Congresso Nacional).
- Realizar pesquisa sobre escopos de práticas das profissões e trabalhadores que atuam na Atenção Primária buscando o

diagnóstico de situação e a identificação de experiências inovadoras (o campo da APS a ser investigado levará em conta os diversos pontos de atenção constitutivos da APS e seus enlaces com a urgência e emergências e terá como foco as linhas de cuidado que são alvos da elaboração de protocolos pelo Ministério da Saúde, a exemplo das doenças crônicas e cuidados materno-infantil).

- Desenvolver metodologias de estudo de escopos de prática aplicáveis a outras redes temáticas assistenciais.

## **Metodologia**

A noção de escopo de prática estabelece os parâmetros da profissão. O escopo de prática (ou campo de prática) define, em termos amplos, o que a profissão faz e como ela faz (o que a profissão faz, os métodos que ela utiliza, e as razões e motivos do seu trabalho). Vários atores e instituições participam da definição do escopo de prática: Leis de Exercício Profissional, autoridades regulatórias como os Conselhos Profissionais, as Instituições do sistema educacional, governos, empregadores públicos e trabalhos (descrição das atividades dos postos de trabalho) e, no limite, os próprios usuários portadores de necessidades e demandas de saúde.

Numa definição proposta pela Associação de Enfermeiras da Austrália, o escopo de prática de uma profissão corresponde

“ao amplo espectro de papéis, funções, responsabilidades, atividades e capacidade de tomada de decisão para as quais os indivíduos dentro da profissão são educados, competentes e autorizados a exercer, O escopo de prática profissional é estabelecido por regulamentações (legislação) - padrões profissionais, tais como padrões de competência, códigos de ética, conduta e prática e demandas,

expectativas e necessidades públicas. Ele pode ser, portanto, mais amplo que aquele de qualquer indivíduo membro da profissão”.

Esta distinção entre o escopo de prática da profissão e de seus membros individuais é de extrema relevância para os processos de revisão de escopos de prática uma vez que tem como implicação a necessidade de que tais revisões extrapolem as atividades definidas formalmente nas legislações de exercício profissional, nas classificações ocupacionais e nos currículos educacionais e leve em conta, entre outros, os contextos de prática, as políticas e determinações dos empregadores e dos serviços, os níveis de competência e a experiência dos profissionais e as necessidades e demandas concretas dos pacientes. Aqui também é importante distinguir o que os profissionais estão autorizados a fazer, o que estão preparados e o que realmente fazem, o que depende desse conjunto de atores e instituições.

A metodologia proposta para o desenvolvimento das atividades prevê:

- Revisão de literatura nacional e internacional sobre o tema dos escopos de prática, incluindo busca em websites de governos, autoridades regulatórias, organizações profissionais, centros de pesquisas e estudos governamentais e órgãos consultivos e deliberativos para a área de educação e planejamento de recursos humanos em saúde.
- Revisão de literatura sobre impactos das iniciativas de expansão de escopos de prática, incorporação de novas profissões e task-shifting, sobre a qualidade e segurança da atenção prestada.

- Elaboração de uma matriz comparativa sobre os escopos de prática das novas profissões bem como as que detêm funções expandidas, especialmente voltadas para suprir os problemas de escassez na atenção básica de diferentes países.
- Elaboração de uma matriz comparativa sobre os escopos de prática de grupos profissionais regulamentados e não-regulamentados, em atividade na área da saúde, no Brasil, por meio de pesquisa documental e consultas a websites, serviços e organizações representativas dos diferentes grupos e profissões.

A pesquisa em profundidade sobre escopos de práticas das profissões e trabalhadores que atuam na Atenção Primária em Saúde<sup>1</sup> será constituída pelos seguintes componentes:

- Revisão de literatura e experiências internacionais sobre os escopos de prática das profissões e ocupações que atuam na atenção primária em saúde com foco as linhas de cuidado que são alvos da elaboração de protocolos pelo Ministério da Saúde, a exemplo das doenças crônicas e cuidados materno-infantil
- Consulta aos principais atores envolvidos na definição dos escopos de prática em questão das profissões identificadas (usuários da rede, profissionais e trabalhadores envolvidos, associações e entidades de representação, serviços, e autoridades reguladoras através de entrevistas por telefone e online e grupos de diálogo online).
- Realização de survey narrativo sobre escopos de prática dos profissionais e trabalhadores da APS por meio de um Fórum Online permanente e condução de Grupos de Diálogos Online e Grupos Focais com amostras selecionadas de usuários dos serviços e profissionais e trabalhadores identificados para

colher histórias/ narrativas sobre as experiências inovadoras relacionadas aos escopos de prática vivenciados na prática, em regiões e áreas estratégicas do país.

**Meta II** - Analisar a adequação da formação e da qualificação dos profissionais de saúde de nível superior e técnico às necessidades do SUS.

### **Atividades**

- Revisar os mecanismos regulatórios de formação técnica e superior em saúde.
- Analisar os modelos de regulamentação profissional em países com sistemas universais de saúde (Canadá, Reino Unido, Espanha, Suécia e França) e de outros países, de acordo com demandas específicas do MS, a exemplo dos países do Mercosul e outros prioritários para a política de cooperação internacional do país.
- Identificar junto a diferentes atores (coordenadores, docentes e discentes das Instituições de ensino e gestores e trabalhadores dos serviços) mudanças nos cenários de práticas como espaço de ensino e de articulação da formação e serviços de saúde em função das necessidades do SUS.
- Construir indicadores quantitativos e qualitativos para avaliação de mudanças na formação em saúde em função das necessidades da política de saúde nacional.
- Estabelecer comparabilidade dos mecanismos regulatórios no âmbito internacional.



## **Metodologia**

O objetivo geral desta ação é de analisar a adequação da formação e da qualificação dos profissionais de saúde de nível superior e técnico às necessidades do SUS. Dessa forma espera-se investigar a formação dos profissionais em saúde em seus aspectos regulatórios e de prática nos serviços de saúde. Para a seleção das profissões que serão alvo desse estudo utilizaremos os seguintes critérios: (1) Profissões de nível superior que tenham relevância na oferta de formação e demanda dos serviços de saúde e (2) as de nível técnico que trabalham por delegação e sob supervisão.

A metodologia proposta no estudo<sup>3</sup> constitui-se de estudo avaliativo, que conjugará métodos quantitativos e qualitativos.

Para o alcance dos objetivos:

- Revisar os mecanismos regulatórios de formação técnica e superior em saúde
- Analisar os modelos de regulamentação profissional em países com sistemas universais de saúde
  - Será realizada revisão da literatura sobre o tema, levantamento e análises de documentos que incluirá a busca de estudos de análises das políticas regulatórias, da formação e do trabalho em saúde (nacional e internacional),

---

<sup>3</sup> Em acordo com a resolução às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos o estudo será submetido ao Comitê de Ética do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

- Análises de documentos compreendendo a base legal e normativa: portarias ministeriais, artigos científicos relatórios técnicos documentos oficiais (legislação).
- Organização de um seminário técnico com integrantes da rede observatório, gestores e técnicos de instituições governamentais no intuito de sistematizar o conhecimento existente em relação ao tema.
- Identificar junto a diferentes atores (coordenadores, docentes e discentes das Instituições de ensino e gestores e trabalhadores dos serviços) mudanças nos cenários de práticas como espaço de ensino e de articulação da formação e serviços de saúde em função das necessidades do SUS
  - Será realizada uma pesquisa de opinião (presencial e por ETAC) com atores envolvidos nos processos formativos e de trabalho em saúde e
  - Serão realizados grupos focais tendo como informantes-chaves coordenador/responsável pelos cursos de graduação e técnicos em saúde/docentes/discentes/trabalhadores e gestores de saúde, com objetivo de identificar fatores positivos, obstáculos que dificultam a articulação ensino-serviço e estratégias para a superação das dificuldades, o aprimoramento e o fortalecimento da parceria ensino-serviço.

Por fim, para:

- Construir indicadores qualitativos para avaliação de mudanças na formação em saúde em função das necessidades da política de saúde nacional e

- Estabelecer comparabilidade dos mecanismos regulatórios no âmbito internacional
  - Condução de diálogos online com experts e informantes-chaves com objetivo de mapear com mais profundidade a natureza das mudanças ocorridas ou em processo em relação aos cenários de prática - formação e aos mecanismos regulatórios no âmbito nacional e internacional.
  - Realização de um seminário de abrangência nacional com pesquisadores e integrantes de órgãos governamentais sobre regulação do trabalho em Saúde para apresentação, crítica e aprimoramento dos documentos técnicos produzidos e indicação de estratégias para difusão dos resultados alcançados.

Cabe destacar que ao final de cada etapa metodológica serão elaborados relatórios técnicos.

## Resultados esperados

---

Espera-se que o estudo possibilite um maior conhecimento sobre a questão dos escopos de prática e dos mecanismos da regulação do trabalho e da formação das profissões em saúde além de:

- Ampliar o debate sobre políticas de formação e avaliação de competências expandidas das profissões de saúde baseadas na ampliação do acesso e qualidade dos serviços e segurança dos usuários em coordenação com as instituições de formação e associações de ensino profissional.
- Fortalecer rede de intercâmbio entre pesquisadores do campo das políticas públicas de recursos humanos em saúde nos países, potencializando, análises comparadas sobre mecanismos de regulação profissional em saúde.
- Qualificar gerentes, planejadores, pesquisadores que trabalham direta ou indiretamente com recursos humanos em saúde no campo da regulação a partir das metodologias utilizadas no desenvolvimento do projeto: grupos de diálogos on line, estabelecimento de redes, seminários entre outras apropriadas para o tema.
- Ampliar o conhecimento sobre os processos de revisão, expansão e fortalecimento dos escopos de prática das diferentes profissões de saúde, no sentido de possibilitar o uso pleno de suas capacidades considerando a alta qualidade dos serviços e seus resultados em termos de segurança promovendo seminário e debates via web envolvendo atores da academia e do serviço.

- Reforçar os vínculos indissociáveis entre a expansão dos escopos de prática em contextos de alta qualidade e resultados seguros e a formação de competência, o que tem como corolário o reforço da conexão entre a educação dos profissionais e o planejamento e gestão dos recursos humanos em saúde.

Adicionalmente, destaca-se que o projeto de caráter multicêntrico será realizado por um conjunto de instituições que já têm desenvolvido parcerias de trabalho e apresentam reconhecida competência na temática e produção científica nesse campo.

## Indicadores de resultados

---

- Grupos de diálogo online
- O estabelecimento de uma rede de pesquisadores conectados e colaborativos
- Seminário com integrantes da Rede de Observatórios de Recursos Humanos em Saúde para apresentação, crítica e aprimoramento dos documentos técnicos para posterior difusão;
- Seminário nacional/internacional com integrantes de áreas governamentais, dos ministérios de saúde de países do Mercosul, outros, especialistas, para a apresentação de sugestões e recomendações para a formulação e implementação de políticas;
- Produzir recomendações específicas para o aperfeiçoamento dos processos de condução das estratégias e políticas específicas nas áreas de abrangência dos estudos
- Construir uma base de informações com os dados levantados ao longo do projeto;
- Relatórios técnicos contendo a evolução dos estudos e sistematização de resultados.
- Possibilidade de publicação das análises dos processos de regulação.

## Referências

---

Pierantoni CR. Desafios para a Formação de Gestores do Sistema de Saúde: Processos e Produtos. In: Pierantoni CR (Org.). Gestão de Sistemas de Saúde. Rio de Janeiro: Segrekar; 2003. p:9-13.

Observatório de Recursos Humanos em Saúde. Capacidade gestora de recursos humanos em instâncias locais de saúde em municípios com população inferior a 100 mil habitantes. Rio de Janeiro: ObservaRH/IMS-UERJ, 2006.

Observatório de Recursos Humanos em Saúde. Capacidade gestora de recursos humanos em instâncias locais de saúde em municípios com população superior a 100 mil habitantes. Relatório Técnico. Rio de Janeiro: ObservaRH/IMS/UERJ; 2004.

Observatório de Recursos Humanos em Saúde. Gestão do trabalho e da educação em saúde: análise da década atual. Rio de Janeiro: ObservaRH/IMS-UERJ, 2008.

Pierantoni CR, Garcia AC. A Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde em secretarias estaduais e municipais de Saúde. Divulg. saúde debate. 2012. Mai;(47):45-55.

Pierantoni CR, França T, Garcia AC, Varella TC, Matsumoto KS. Gestão do trabalho e educação na saúde. Rio de Janeiro: CEPESC-IMS/UERJ-ObservaRH; 2012.

Dal Poz, MR A crise da força de trabalho em saúde. Cadernos de Saúde Pública (ENSP. Impresso). v.29, p.1924 - 1926, 2013.

Silva ND. Sistema Nacional de Negociação Permanente do SUS: um instrumento de gestão do trabalho na saúde. Rio de Janeiro.

Dissertação [Mestrado em Saúde pública] Fundação Oswaldo Cruz; 2012.

Clark, Paul F; Stewart, James B; Clark, Darlene A. The globalization of the labour market for health-care professionals. *International Labour Review*; 2006; 145, 1/2; ABI/INFORM Global

Khalili, Hossein; Hall, Jodi; DeLuca, Sandra. Historical analysis of professionalism in western societies: implications for interprofessional education and collaborative practice. *Journal of Interprofessional Care* Mar 2014, Vol. 28, No. 2: 92-97.

Bourgeault, I.L. & Grignon, M. A (2013) Comparison of the Regulation of Health Professional Boundaries Across OECD Countries. *The European Journal in Comparative Economics*, 10(2), 199-223. Available at: <http://eaces.liuc.it/18242979201302/182429792013100205.pdf>

PIERANTONI, Celia Regina ; VARELLA, Thereza Christina ; FRANÇA, Tania . A Formação Médica: capacidade regulatória de estados nacionais e demanda dos Sistemas de Saúde. *Cadernos RH Saúde*, Brasília, v. 3, n.1, p. 91-102, 2006.

GIRARDI, S. N. Dilemas da regulamentação profissional na área de saúde: questões para um governo democrático e inclusionista. *Formação (Brasília)*, v. 2, p. 29-44, 2002.

Minayo, MCS. Indicadores de avaliação para mudança. *Revista Brasileira de Educação Médica*. 33(I Supl 1):83-91; 2009

CASEY, JT. *The Regulation of Professions in Canadá*, Toronto: Carswell, 2001

EVANS, RG. Professions and the production function: can competitive police improve efficiency in the licensed professions. In: Rottenberg,



S. (ed.) Occupational Licensure and Regulation. American Enterprise Institute for Public Policy Research, 1980.

GIRARDI, S. N. . APUNTES PARA LA APLICACIÓN DE UM ABORDAJE 'REGULACIONISTA' AL CAMPO DE LOS RECURSOS HUMANOS EN SALUD . Uasb Y Salud, UNIVERSIDADE ANDINA, v. 2, 1994

GIRARDI, S. N., Carvalho C. L. Sinais de Mercado e Regulação Institucional do Trabalho em Saúde no Brasil dos anos 90, Brasília: CGDRH - Ministério da Saúde, 1995.

GIRARDI, S.N. A regulação institucional da força de trabalho em saúde nos Estados Unidos e Canadá: políticas de transição. Relatório Técnico de Pesquisa, Washington DC: Panamerican Health Organization.

GIRARDI, S.N. Dilemas da Regulamentação Profissional em Saúde: questões para um governo democrático e inclusionista, Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo, no. 15, 2002, pp 67-85.

HEALTH PROFESSIONS REGULATORY ADVISORY COUNCIL. Regulation of Health Professions in Ontario: New Directions, Report to the Minister of Health and Long-Term Care, Ontario, Canada, April 2006

MOREIRA, Vital. Auto-regulação profissional e administração pública. Coimbra:Almedinam 1997.

WOLFSON, A. D, TREBILCOCK, M. J, TUOHY, C. J. Regulating the Professions: A Theoretical Framework, in Occupational Licensure and Regulation (Ed. by Simon Rottenberg), Washington DC: AEI for Public Policy, 1980. Health Organization/WHO, 1999.

GIRARDI, S.N. "Los dilemas de la Reforma de la Regulación del Trabajo y de las Profesiones de Salud en la Reforma del Estado", Cuadernos Médico Sociales, no. 77, Abril 2000, pp - 45-58.

GIRARDI, S. N., Carvalho C. L. The Regulation of Health Professions in Brazil: Dilemmas and Directions to Reform, First World Health Professions Conference on Regulation, Geneva, Switzerland, 2008.

ONTARIO. Ministry of Health (s.d.). Striking a New Balance: a blueprint for the Regulation of Ontario's Health Professions: Recommendation of the Health Professions Legislation Review. Ontario, p.11.

PEW HEALTH PROFESSIONS COMMISSION. Critical Challenges: Revitalizing the Health Professions for the Twenty-First Century. The Third Report of The Pew Health Profession Commission, <http://futurehealth.ucsf.edu/pewreg>, 1995

SALTMAN, RB e BUSSE, R., Balancing regulation and entrepreneurialism in Europe's health sector: theory and practice in Regulating Entrepreneurial Behaviour in European Health Care Systems, (Saltman, R B, Mossialos, ee Busse R, eds.), Open University Press, 2002.

BARANEK, P.M. A Review of Scopes of Practice of Health Professions in Canada: A Balancing Act Health Council of Canada

MENDES, EUGÊNIO VILAÇA. As redes de atenção à saúde. / Eugênio Vilaça Mendes. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2011.

HEALTH WORKFORCE AUSTRALIA, Scope of Practice Review – Oral Health Practitioners Australia 2011